

ELEIÇÕES 2014



Propostas dos candidatos
da Coligação Liderados pelo Povo



ÍNDICE

Apresentação	01
Eixo 1 – Gestão Democrática, Presença e Eficiência do Estado.	02
Vetor 1 – Gestão	02
Vetor 2 – Planejamento estratégico	04
Vetor 3 – Política fiscal e tributária	04
Vetor 4 - Democracia e participação popular	07
Outras temáticas:	08
1. Servidores Públicos	08
2. Governo Eletrônico	08
3. Ouvidoria	10
4. Planejamento Estratégico	10
5. Orçamento Participativo - OP	11
Eixo 2 - Economia dinâmica e equilíbrio regional	11
Vetor 1 – Ação do Estado	11
Vetor 2 – Investidor	11
Vetor 3 – Redução do “Custo RN”	12
Proposições de ação:	12
1. Desenvolvimento Econômico	12
2. Infraestrutura e Logística	14
3. Agricultura	14
4. Recursos Hídricos	16
Vetor 1 - Gestão dos Recursos Hídricos	16
Vetor 2 - Infraestrutura Hídrica.	16
5. Mineração	17
6 . Energia, Petróleo, Gás e Biocombustíveis	18
7. Turismo	20
8. Ciência, Tecnologia e Inovação	21
Eixo 3 – Resgate Social e Cidadania	22
Vetor 1 – Educação	23
Vetor 2 – Saúde	26
Vetor 3 – Segurança	27
Vetor 4 – Habitação	30
Vetor 5 – Meio Ambiente	31
Vetor 6 – Política Social e Cidadania	32
Vetor 7 – Cultura	36
Vetor 8 – Esporte e Lazer	37
Vetor 9 – Igualdade Racial e de Gênero	38

APRESENTAÇÃO

A Coligação Liderados pelo Povo, formada pelos partidos PSD, PT, PC do B, PP, PT do B, PEN, PRTB e PTC tem como objetivo a eleição dos candidatos a governador, Robinson Faria, a senadora, Fátima Bezerra, e uma sólida base parlamentar, com objetivo de dar suporte à reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, para implantar no Rio Grande do Norte um modelo de governo capaz de promover avanços significativos na democratização da gestão pública do Estado, no fomento ao crescimento, na eficiência da máquina estatal, no combate à pobreza e às desigualdades sociais e econômicas.

Para isso, é preciso manter e ampliar a nossa capacidade de elaboração e aperfeiçoamento de conteúdo das propostas políticas dos Candidatos, elaborando propostas e ações que objetivam a melhoria do Rio Grande do Norte, mas especialmente com ênfase na gestão pública e no atendimento das demandas sociais, em harmonia com as diretrizes programáticas do Governo Federal.

Para atingir os objetivos estratégicos da coligação para as eleições 2014 a proposta da Coligação Liderados pelo Povo se apresenta estruturada em três eixos interdisciplinares e intersetoriais, que representam a síntese da elaboração programática do conjunto dos partidos PSD, PT, PC do B, PP, PT do B, PEN, PRTB e PTC.

A cada um destes eixos principais subordinam-se vetores de implantação, com vistas a determinar a abordagem conceitual e forma de execução que orientará as ações concretas e específicas, para cada área ou setor.

São eles:

1. Gestão democrática, participação e eficiência do Estado (Cidadania e Controle Social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública)
2. Economia dinâmica e equilíbrio regional;
3. Resgate social e cidadania.

Essas diretrizes, sintetizadas nos três eixos, constituem-se num instrumento indispensável para dar maior nitidez à disputa política eleitoral, caracterizando o perfil inovador da Coligação Liderados pelo Povo na solução dos problemas do Rio Grande do Norte.

Eixo 1 - GESTÃO DEMOCRÁTICA, PRESENÇA E EFICIÊNCIA DO ESTADO.

A **Coligação Liderados pelo Povo** propõe a criação de um novo modelo de gestão e gerenciamento do governo, capaz de prestar serviços de qualidade e desenvolver políticas sociais adequadas. A ênfase central recai sobre a possibilidade de criar e institucionalizar referências comuns de gestão pública que garantam a identidade própria da Administração, possibilitando o exercício efetivo de uma gestão ética e eficiente, com democracia, participação e controle social.

Esse modelo aponta soluções para otimizar os recursos para investimentos e desenvolvimento de políticas e rompe com a ineficácia, o descaso e a grande morosidade do setor público na prestação dos serviços.

Instituição de sistema dinâmico de democracia participativa no governo, a partir de fóruns regionais, gestados pelas secretarias e fundações, conforme suas respectivas competências, responsáveis pela manutenção de um canal de diálogo permanente com os Poderes Legislativo e Judiciário, com a sociedade civil, com os órgãos de controle e com os movimentos sociais, para a promoção de discussão setorial e regional de prioridades no orçamento estadual, formatando um processo permanente de ampliação dos direitos democráticos de participação.

O Estado do Rio Grande do Norte precisa crescer! O governo defende a viabilização do nascimento e a consolidação de novos negócios de modo a beneficiar desde o micro empresário até as grandes cadeias produtivas globais.

Vetor 1 – Gestão

A máquina pública é o conjunto de estruturas, recursos humanos e instrumentos que são mantidos com recursos públicos. Melhorar o seu desempenho e utilização, assim como dos recursos, constitui a meta deste vetor.

A **Coligação Liderados pelo Povo** defende que a máquina pública tenha no cidadão o foco central de sua atividade. Isso significa que toda a modernização da máquina, o investimento em capacitação dos servidores e o aperfeiçoamento dos serviços devem ser feitos para cumprir objetivos e metas de prestar o melhor serviço público possível à população, agindo de forma transparente e democrática.

O resgate do papel dos servidores públicos como cidadãos remunerados pela população, que devem prestar serviços de qualidade aos demais cidadãos, tem como alicerce a inclusão do Servidor como partícipe do processo de gestão pública, através do binômio reconhecimento e recompensa.

A instituição de regras claras de funcionamento da máquina pública é o pressuposto para a sua estabilidade e competência da administração pública.

A **Coligação Liderados pelo Povo** pontua que a gestão deve levar em conta:

1 – Investimentos no aperfeiçoamento e/ou mudanças de instâncias administrativas e de seus agentes dentro de um processo de modernização administrativa. Isto significa revisão de procedimentos, prazos, formas de prestação de serviços públicos e informação, que pode ser efetivada já no primeiro ano de governo. O objetivo básico da modernização administrativa é que a administração estadual passe a fazer tudo o que precisa fazer, de forma eficaz e eficiente, de forma transparente, participativa e ética, rigorosamente dentro da lei, de forma planejada e controlada formalmente, seja no interior do governo, seja pela sociedade. Isso significa melhorar a qualidade do atendimento, democratizar os procedimentos, utilizar instrumentos de tecnologia de informação, estabelecer metas e indicadores para avaliação dos serviços públicos, produzir relatórios gerenciais, democratizar decisões, realizar parcerias e criar estratégias de obtenção de receitas próprias;

2 – Garantia da ética no trato das questões públicas e da dimensão estratégica no planejamento de ação governamental, para que o governo cumpra os objetivos previstos, metas e prazos com efetividade;

3 – Institucionalização de processos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão, comuns aos diferentes níveis da administração e articulados entre si, para garantia de participação cidadã, vivência da ética pública e abertura ao controle social;

4 – Eficiência nas ações e programas;

5 – Eficácia das políticas implementadas, através do cumprimento dos resultados esperados, das diretrizes, das metas e dos compromissos assumidos perante o público;

6 – Matricialidade das políticas públicas, através da coordenação e da execução das políticas de forma integrada e articulada em planos e programas;

7 – Massificação do uso da tecnologia da informação e comunicação para implementar modelos de gestão eficientes, eficazes e democráticos, facilitando o acesso da população aos serviços públicos e à informação, garantindo transparência e controle social;

8 – Recuperação do papel dos servidores públicos, instituindo e/ou aperfeiçoando uma política relativa aos servidores e garantindo o investimento contínuo na sua capacitação (Escola de Governo);

9 - Reestruturação da Escola de Governo com a função de coordenar toda a ação de qualificação do Poder Executivo e o respeito na utilização dos recursos do FUNDESP para ações de qualificação dos RH;

10 – Capacitação de gestão dos servidores públicos e profissionais qualificados nomeados em comissão pelo governo para exercer funções de chefia e coordenação, com estabelecimento de novas formas e rotinas de trabalho; avaliação e valorização de competências e do servidor de carreira;

11 - Estímulo à corresponsabilidade da sociedade civil no financiamento do Estado, pensando coletivamente como conseguir os recursos orçamentários devido ao aumento das demandas por políticas públicas. É preciso garantir o cumprimento de deveres de cidadania (por exemplo,

pagamento de impostos e taxas devidos), dividindo com a sociedade as responsabilidades de buscar formas de gerar e potencializar recursos públicos para garantir vida digna a todos;

12 – Atenção para o processo de governabilidade (capacidade de governar), buscando entender limites, possibilidades e correlações de forças entre as várias instâncias de poder (outras esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário) e a sociedade civil organizada.

Vetor 2 – Planejamento estratégico

A **Coligação Liderados pelo Povo** defende a utilização de ferramentas e metodologias de planejamento, monitoramento, avaliação, redefinição de processos e rotinas administrativas e informatização de processos e serviços.

O núcleo de gestão do governo deve prezar pela seriedade dos seus serviços, bem como um rígido controle dos seus gastos, de forma que possa evitar qualquer tipo de desvio e desperdício.

A proposição é patrocinar o envolvimento permanente e conscientização das chefias e dos servidores públicos, com definição de programas de gestão e capacitação de recursos humanos a partir de um programa de treinamento executado pela Escola de Governo.

Nestas sendas, o planejamento estratégico oferece aos gestores organizacionais a possibilidade de lidar com as incertezas e com as alterações de cenários, de forma a gerar, simultaneamente, relações de adequação e de ajustes à programação orçamentária, viabilizando a gestão com efetividade, mesmo ante um quadro de recursos limitados, com foco não apenas na realização das metas e objetivos, mas na garantia da sobrevivência da máquina estatal em ambiente diverso.

Isto porque a estratégia é um processo de experimentação contínua, de redução do risco, de compressão do tempo, de minimização dos investimentos e de maximização dos resultados. Enquanto o papel da administração pública é formular políticas, a função do gerenciamento público é a de executar essas políticas de forma eficiente.

O maior obstáculo para implantação do planejamento estratégico é a falta de gestores públicos motivados e comprometidos com a estrutura pública. Para reversão deste quadro, os candidatos pretendem instituir o **Programa de Qualidade do RN**, que apresentará diretrizes para que essas organizações possam dar um salto quantitativo e qualitativo nos seus modelos de gestão.

Vetor 3 – Política Fiscal e Tributária

Percebe-se que sob o aspecto da eficiência arrecadatória do Estado do Rio Grande do Norte avançou consideravelmente, especialmente quando se analisa o resultado alcançado e a relação da taxa de retorno propiciado pela Administração Tributária.

Todavia, para se melhorar e incrementar essa relação há necessidade de se buscar definir premissas de política de governo e planejamento tributário.

Com facilidade estas premissas poderão ser replicadas para toda a administração direta e indireta, quando couber e resguardados os ajustes de adequação. São premissas essenciais à instituição de uma política de governo:

1. **Administração profissional.** Formada pelos servidores públicos permanentes do Estado com a redução gradativa da terceirização.
2. **Estimativa de receita.** É uma técnica que consiste em estimar as receitas do ano seguinte ou de vários anos sucessivos, a partir exclusivamente da informação das receitas registradas nos anos anteriores e dos valores projetados no orçamento.
3. **Modelos econômico-tributários.** São aqueles modelos que explicitam as relações funcionais que existem entre a arrecadação dos diferentes impostos e as variáveis econômicas sobre as quais incidem indiretamente. Medem o impacto arrecadatório de qualquer mudança normativa e os gastos fiscais. Chamam-se gastos fiscais o conjunto de benefícios fiscais, isenções, incentivos, desonerações e demais privilégios que possam existir em qualquer sistema tributário. Equivalem a subvenções encobertas e por isso é conveniente dispor de seu inventário, de uma estimativa da arrecadação renunciada e de sua avaliação periódica para eliminar aqueles que carecem de justificativa.
4. **Elementos estruturais.** Manutenção dos elementos do imposto que configuram sua natureza e características básicas. Sua regulação deve ser estável e permanecer durante anos, já que não é necessário modificá-los para instrumentalizar qualquer política.
5. **Parâmetros políticos.** São os elementos do imposto que podem ser modificados de acordo com a política que se pretenda realizar. Os tipos impositivos são diferentes, sendo o parâmetro político o mais nobre. Também são parâmetros políticos os gastos fiscais.

A proposta é instalar uma política de gestão tributária, com foco na diminuição do custo de arrecadação de imposto, quer seja pela consolidação e centralização das obrigações tributárias acessórias, quer seja pela adoção de sistemas de controles de elevada confiabilidade e significativa redução de custos.

O desenvolvimento de novas tecnologias cria oportunidades e desafios ao Fisco. Oportunidade por ser uma ferramenta eficaz para o enfrentamento do *gap fiscal*, ao mesmo tempo em que traz o desafio de superar os obstáculos tecnológicos e humanos, tudo inserido dentro do conceito de cidadania e justiça fiscal, com a finalidade de proporcionar o incremento do risco pelo não cumprimento das obrigações tributárias.

Neste norte, como forma de superar o *gap fiscal*, a administração tributária do Estado do Rio Grande do Norte buscará nas novas tecnologias um caminho para reversão do quadro.

Neste plano, a utilização da Tecnologia da Informação – **TI** é o caminho natural, por possibilitar o controle de massa, através de vários mecanismos que promovem a tão almejada justiça fiscal.

Para tanto, tem-se o seguinte plano de ações:

- a) Investimento na modernização da infraestrutura da SET e TI;
- b) Unificação das obrigações acessórias para combater a redundância e sobreposição de informações fiscais (GIM, GI, IF, SINTEGRA) que aumentam o custo operacional das empresas e geram área de insegurança contábil;
- c) Implantação de um vigoroso plano de automação fiscal, através do fortalecimento da adoção dos documentos fiscais eletrônicos e criação de ambiente autorizador de documentos eletrônicos;
- d) Centralização das ações fiscais de média e alta complexidade em órgão de alcance estadual, para homogeneizar os procedimentos e ações do fisco, criando padrão único estadual;
- e) Instalação de centro de atendimento nos municípios com mais de 20.000 habitantes;
- f) Implantação de setor de fiscalização dos Royalties;
- g) Criação do e-processo administrativo tributário;
- h) Criação de programa de treinamento e orientação aos contribuintes e aos contabilistas, com vistas a disseminar as boas práticas tributárias e a desmistificação da legislação aplicada;
- i) Fortalecimento das ações de monitoramento fiscal eletrônico;
- j) Criação de banco de dados para instituição do preço máximo médio ponderado de compras governamentais – Programa **COMPRA JUSTA**;
- k) Fortalecimento das ações conjuntas de Estado, com a integração dos órgãos de fiscalização;
- l) Vinculação da JUCERN à Secretaria de Tributação;
- m) Implantação de um sistema de controle dos preços dos contratos de prestação de serviços, para sua homogeneização dos preços e das especificações;
- n) Fortalecimento do consumo público local.

Quanto às políticas de incentivos fiscais e fomento à economia, faz-se necessário fortalecimento e massificação dos critérios objetivos de concessão de tratamentos tributários diferenciados por setor econômico, divido em área de proteção ao mercado do Rio Grande do Norte e de captação de novos investimentos, calçado em um planejamento estratégico por setor econômico.

O objetivo é criar regras únicas por setor, com o fim de realinhar a carga tributária para uniformizar os tratamentos tributários dados aos grandes e médios contribuintes.

Destaca-se que, mesmo sendo um Estado com um PIB inferior a 1% do PIB Nacional, o RN optou em manter no limite máximo do Simples Nacional de R\$ 3.600.000,00.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) necessita de atualização, especialmente quanto ao processo de concessão e de renovação e a instituição de metas dinâmicas de geração de emprego e desenvolvimento social, aferidos pelo IDH.

Por fim, ainda resta o PROGÁS como alternativa para a matriz energética, programa tímido que não incremente satisfatoriamente as vantagens ofertadas pelo Rio Grande do Norte ao setor industrial.

A relação empresário/Estado é deficiente pela excessiva descentralização do atendimento, pela complexidade e dispersão das regras, somados ao tratamento dado aos novos investimentos no RN e às ampliações dos investimentos existentes.

Há a necessidade de se ter a figura de um Governo capaz de gerir e orientar atendimento único, claro, transparentes e objetivos as empresas que revelam a intenção de realizar grandes investimentos no RN.

Como plano de incremento da economia e fomento de atividades econômicas têm-se:

- a) Modernização do sistema de controle do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI;
- b) Criação de um programa de fomento, desenvolvimento, implantação e consumo de matriz energética renovável, sustentável e limpa (energia solar e eólica);
- c) Criação de benefício fiscal para atração de empresas do setor automotivo;
- d) Criação de benefício fiscal para instalação de indústrias de alta complexidade e custo;
- e) Criação de um programa de fomento e incentivo ao desenvolvimento das empresas de tecnologias no RN, que ampliará o polo tecnológico;
- f) Centralização das ações de governo de incentivo através do birô de fomento do RN, ambiente onde serão traçadas as políticas públicas de incentivos e os objetivos políticos, aqueles que justificam a ação pública.

Vetor 4 - Democracia e participação popular

O Vetor “Democracia e participação popular” tem alicerce forjado na têmpera do fortalecimento das instituições democráticas. Para tanto, a **Coligação Liderados pelo Povo** propõe a definição de Políticas de relacionamento institucional, de Comunicação e Informação sobre as ações do governo estadual, incluindo formas de relação com as agências de notícias, mídias sociais e órgãos de imprensa.

Notoriamente é premente o resgate das relações entre o Poder Legislativo, Judiciário e com os órgãos de controle e fiscalização, Tribunal de Contas e Ministério Público, por serem pilares básicos do Estado Democrático de Direito.

A proposta da **Coligação Liderados pelo Povo** é de absoluto e inafastável respeito à ordem democrática, à independência dos poderes e ao convívio harmônico, alicerçado no diálogo franco e permanente, com azo no atendimento aos anseios da população do Estado.

Noutro vértice, as políticas sociais e de garantia de direitos são parte intrínseca e condição do desenvolvimento e sua importância indica um vetor específico, alinhado aos programas Federais da Presidenta Dilma Rousseff.

Neste eixo, englobam-se as políticas públicas de educação, saúde, saneamento, transporte, habitação, assistência social, transferência e redistribuição de renda, direitos humanos, abastecimento e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, cultura, lazer, esporte, políticas agrária e agropecuária, meio ambiente, combate à pobreza e inclusão digital. Todas elas dizem respeito diretamente ao exercício de direitos e à prestação de serviços diretos à população, de responsabilidade dos governos.

É importante observar que a viabilização de políticas sociais, de forma democrática e planejada, contribui para o desenvolvimento político e para organização social de setores excluídos, rumo à cidadania plena.

O fortalecimento e a garantia de direitos devem ser premissas de todas as políticas públicas e podem ser objeto de programas e campanhas especiais, tais como ações para conscientizar a sociedade sobre o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, direitos das mulheres, combate à violência contra a mulher e a criança, combate à exploração sexual de crianças, combate ao racismo, garantia de direitos aos portadores de deficiências, crianças e adolescentes, igualdade de gênero, proteção aos direitos das minorias, idosos e outros. E estão diretamente vinculados à forma de implantação das políticas públicas, aos mecanismos de controle social e de participação popular.

A concretização adequada do modelo de gestão democrática deverá ser pensada, assumida, legitimada, implantada, disseminada e monitorada pelo governo e seus agentes, através de:

1. Participação cidadã e controle social;
2. Desenvolvimento e geração de trabalho e renda;
3. Políticas sociais e de garantia de direitos.

Constituição de novos instrumentos de gestão, tais como:

1. Contratos e protocolos de gestão que definam compromissos, metas e prazos de serviços e programas públicos divulgados amplamente à população;
2. Códigos de Qualidade do Serviço Público que possibilitem normatização de procedimentos e avaliação dos serviços pela população;
3. Regulamentação de parcerias na execução de serviços públicos, possibilitando transparência no uso do dinheiro público e controlando a qualidade da prestação de serviços;
4. Implantação de Ouvidoria como instrumento de controle social da gestão;
5. Uso de informática e da Internet como instrumento de informação massiva e de prestação de serviços à distância e de apoio à padronização de procedimentos administrativos;
6. Termos de Compromisso ou Cartas-Compromisso que definam procedimentos de execução dos serviços específicos, com prazos claros de retorno das demandas por serviços e cumprimento de metas; e
7. Fortalecimento de canais de participação e de controle social, com manutenção do diálogo com múltiplos segmentos sociais, lideranças políticas e sociais.

Outras temáticas relacionadas com o **Eixo 1** de propostas da **Coligação Liderados pelo Povo**, envolvem os tópicos a seguir:

1. SERVIDORES PÚBLICOS

A ampliação dos direitos e das políticas públicas exige, para seu pleno sucesso, um funcionalismo tecnicamente competente, motivado e principalmente comprometido com sua missão cidadã.

Os servidores públicos do Estado receberão valorização e isonomia entre os que exercem atribuições simulares, respeitadas as carreiras próprias e os níveis funcionais.

2. GOVERNO ELETRÔNICO

Colocar a tecnologia a serviço da eficiência e da democratização do governo exige que sejam dadas, à população e aos próprios servidores, condições de acesso aos recursos tecnológicos e capacitação para uso das informações e dos recursos de informática.

O Governo Eletrônico é uma nova forma de pensar o governo e de estruturar seus serviços, de maneira a garantir eficiência interna, agilidade e descentralização na prestação de serviços e ainda democratização do acesso ao conhecimento, à informação e aos serviços públicos e controle social da gestão.

Destaque-se que, embora o uso da informática esteja cada vez mais disseminado nos governos, ela não garante, por si, a democratização da gestão. Colocar dados na Internet não é a única forma de democratizar a informação nem o governo. Para que haja democracia, o Governo Eletrônico também exige um esforço de inclusão digital.

Face à crescente implantação de Governo Eletrônico no governo federal e nos governos estaduais, é importante priorizar a integração dos sistemas de informatização existentes dentro do próprio governo e dele com os demais governos eletrônicos.

Alguns dos instrumentos para viabilização de Governo Eletrônico:

- a) Revisão e redesenho dos procedimentos internos para poder disponibilizar serviços públicos na Internet e nas áreas de atendimento;
- b) A implantação de telecentros públicos, conveniados com as prefeituras, câmaras municipais e a sociedade civil organizada;
- c) Mecanismos informatizados de comunicação interna na máquina administrativa (e-mail, Intranet, etc.);
- d) Mecanismos informatizados para execução de procedimentos públicos (leilões, pregões, licitações, editais, comunicados, inscrições, etc.);
- e) Mecanismos para controle e monitoramento dos programas e ações de governo;
- f) Implantação de Centrais de Atendimento, Informação e Ouvidoria, via telefonia, com ligação gratuita aos contribuintes, e via redes sociais e aplicativo de acesso direto ao núcleo do governo;
- g) Implantações de instrumentos e ferramentas informatizados, construídos e utilizados de forma solidária entre municípios, inclusive com uso de softwares com códigos abertos (software livre);
- h) Modernização e ampliação das centrais de Atendimento direto ao cidadão.
- i) Implantação de Cadastro Único da população atendida nos vários programas sociais do governo Estadual;
- m) Parcerias com universidades, centros de pesquisa, escolas de governo, Ministério Público, Tribunais de Contas do Estado a da União para construção de metodologias e instrumentos de gestão e capacitação de servidores para novos processos administrativos.

3. OUVIDORIA

A Ouvidoria se institui a partir de um processo de diagnóstico da máquina pública e de modernização mínima dos serviços, de forma a não se confundir com “balcão de reclamações” nem com “central de informações”.

Deve ser instituída preferencialmente com Ouvidor ou Ouvidora ligado direto ao Gabinete do Governo, oferecendo um canal imediato com o Governador, com a possibilidade de o cidadão e a cidadã monitorarem os serviços públicos e oferecerem sugestões para o aprimoramento de procedimentos, prazos de atendimento, qualidade dos serviços públicos, etc.

A Ouvidoria deve ter estrutura necessária à sua disposição para receber, processar e encaminhar as denúncias e sugestões do cidadão e lhes dar retorno, inclusive através das mídias sociais.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é uma técnica gerencial de fundamental importância, visto trazer ferramentas que possibilitam às organizações conhecerem o ambiente em que estão inseridas, proporcionando um senso de direção e evitando riscos em suas ações.

As transformações no contexto político-econômico têm afetado diretamente os Estados da Federação. Palavras como globalização, integração, interdependência, juntamente com competitividade, produtividade, rivalidade, guerra fiscal, inovação e sobrevivência têm se tornado cada vez mais frequentes no dia a dia dos Governos.

O Estado do Rio Grande do Norte precisa crescer. O governo terá que viabilizar o nascimento e a consolidação de novos negócios de modo a beneficiar desde o micro empresário, arranjos produtivos locais, desenvolvimento de cadeias produtivas até as grandes cadeias globais.

Para isso, conta com uma série de programas de fomento à economia que incentivam o empreendedorismo e a inovação.

A administração pública abrange todo o conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e outras formas de conduta humana que trabalham no sentido de exercer a autoridade política a fim de atender os interesses públicos.

O grande desafio da gestão pública é transformar as estruturas administrativo-burocráticas em estruturas mais flexíveis e empreendedoras. Isso significa uma busca constante por eficiência e melhoria na qualidade do serviço público prestado. Neste sentido, a importância do planejamento estratégico é reforçada pela necessidade dessas organizações se desenvolverem nos períodos de turbulência, transição, incertezas e também aproveitarem as novas oportunidades.

Diante dessa situação, os governos devem procurar desenvolver estratégias para se manter financeiramente equilibrados, aproveitando as oportunidades de investimento e fomento à economia, ao mesmo tempo que busca minimizar os efeitos das ameaças dos novos cenários que surgem.

5. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - OP

O Orçamento Participativo estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a co-responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão pública.

A proposta da **Coligação Liderados pelo Povo** de implantação do orçamento participativo, como importante instrumento de complementação da democracia representativa, possibilitará que o cidadão debata e defina os destinos do Estado.

Através de sítio eletrônico e aplicativos dedicados, a população decidirá as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano em sua região, com os recursos do orçamento do Estado.

Eixo 2 - ECONOMIA DINÂMICA E EQUILÍBRIO REGIONAL

A **Coligação liderados pelo Povo** propõe neste eixo criar as condições necessárias a promoção de um ambiente receptivo e indutor ao investimento, capaz de tornar o Estado atrativo para os empreendedores.

Para tanto, promoverá o aprimoramento e modernização da relação empresa/Estado, a redução dos custos burocrático operacional - “**custo RN**”, o fomento a atuação empresarial local, apoio as cadeias produtivas e arranjos produtivos locais (APLs), tudo com o fim de reduzir as desigualdades econômico-sociais entre as diferentes regiões do RN.

Os vetores de implantação principais para atingir este objetivo são:

Vetor 1 – Ação do Estado

O papel do Governo do Estado será de indução ao desenvolvimento sustentável, identificando pleitos e gargalos, e fortalecendo setores e ramos de produção com potencial para alcançar níveis de atratividade e competitividade compatíveis com os mercados nacionais e internacionais.

Internamente, a **Coligação liderados pelo Povo** pretende assegurar presença e fomentar atuação empresarial e o investimento direto nas regiões com menor grau de interação econômica, com políticas inteligentes e não onerosas de incentivos, com metas de produção e contrapartidas sociais, tudo a partir do apoio institucional à produção e difusão/aplicação de tecnologia avançada adaptada à nossa realidade, de fácil absorção e rápida maturação, tendo como premissa máxima a economia local, a inovação, a sustentabilidade e a geração de trabalho e renda.

Vetor 2 – Investidor

Apoio ao investimento privado e público dos grandes setores passíveis de ancorar cadeias produtivas e **Arranjos Produtivos Locais** consistentes no RN, tendo em vista, por exemplo, a liderança regional do RN como produtor de petróleo, gás e energia renovável, o histórico das atividades de mineração, sal, agropecuária e aquicultura, considerando sempre o objetivo de maximização dos efeitos positivos sobre a economia local e seus cidadãos.

Vetor 3 – Redução do “Custo RN”

O compromisso da **Coligação Liderados pelo Povo** é reduzir do “**Custo RN**” a patamares que garantam padrões de competitividade regional, nacional e internacional, bem como a resolução dos estrangulamentos na **infraestrutura, burocracia e logística**.

O ritmo de crescimento econômico do estado do Rio Grande do Norte há muito não acompanha a taxa anual média de crescimento do PIB da região Nordeste ou Brasil¹. Este fato decorre fundamentalmente da falta de políticas e ações claras e consistentes para incentivar o desenvolvimento econômico sustentável do Estado e apoiar o investimento, tanto local e aquele advindo de fora.

A despeito do menor ritmo de crescimento do estado nos últimos anos, não se pode negar que o aumento da renda das famílias potiguaras, puxado pela criação de novos empregos (sobretudo formais), pelo aumento do salário mínimo, pelas políticas de transferência de renda para as populações mais pobres (com destaque para o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada), redução da pobreza e melhoria das condições de crédito (com aumento significativo do volume, a redução dos juros e o alongamento dos prazos), foram os determinantes para que a pobreza e a desigualdade sofressem quedas significativas nos últimos 12 anos, como em todo o Brasil – principalmente graças aos programas sociais nacionais.

Isso, no entanto, coloca um novo desafio diante dos futuros governantes: um nível de exigência bem maior do cidadão em relação ao Estado.

Investir em educação, saúde, segurança, infraestrutura e atividades em que temos maiores vantagens competitivas tem que ser o objetivo fundamental de uma gestão pública exemplar. Expandir e aprimorar os investimentos públicos e privados é um fator crítico determinante para acelerar nosso ritmo de crescimento e manter as conquistas sociais obtidas.

Para tanto, apresentamos as seguintes proposições de ação que não estão listadas em ordem hierárquica de importância:

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Após viver ciclos econômicos sucessivamente monopolistas, um novo governo do RN precisa ser capaz de inaugurar uma nova era composta de **diversos ciclos concomitantes de**

¹ Entre 1995 e 2002, o PIB do Rio Grande do Norte cresceu a um ritmo de 3,18% ao ano. Esse ritmo de crescimento foi superior ao ritmo brasileiro (2,00%) e também do Nordeste (2,08). Já entre 2003 e 2010, o Brasil passou a crescer a uma taxa anual média de 4,03% e o Nordeste a uma taxa de 4,51%. O RN também passou por uma aceleração em sua taxa de crescimento (3,43%) neste período mais recente, mas inferior ao ritmo do país e da região onde ele está inserido¹. Ou seja, o estado, que vinha crescendo mais rápido do que a região e o país, passou a ter uma dinâmica de crescimento econômica mais lenta do que o seu entorno.

Nos anos mais recentes (2010-2014), ocorreram dois movimentos complementares: 1) o ritmo do crescimento da economia desacelerou ainda mais, em relação ao período imediatamente anterior; 2) a tendência do crescimento da economia do RN abaixo da média nordestina provavelmente se manteve.

desenvolvimento da economia local, acelerando seu ritmo de crescimento sem prejuízo da sustentabilidade e da qualidade de vida do cidadão, **aumentando a participação da economia potiguar na economia brasileira, mantendo e aprofundando a trajetória de redução das desigualdades** (pessoais e sub-regionais), qualificando e **diversificando o quadro produtivo local, adensando cadeias produtivas existentes e atraindo novas cadeias** (sobretudo aquelas ancoradas na inovação, ciência e tecnologia).

A proposta da **Coligação Liderados pelo Povo** está alicerçada na competitividade, inclusão social e sustentabilidade. Para tanto, será necessário integrar amplos setores sociais no planejamento e na implementação das políticas locais de desenvolvimento, atendendo às demandas específicas de cada microrregião do estado (sem perder a noção do todo) e também dos **Arranjos Produtivos Locais**, com destaque especial à economia do semiárido potiguar e a um amplo segmento da população do estado que vive da agricultura familiar de sequeiro. Assim, propõe-se:

- Remontar a estrutura de planejamento e fomento ao investimento do Estado, há muito desmantelada pelas gestões passadas e atual, sem que isso represente ampliação de estrutura burocrática ou criação de novos órgãos e gastos;
- Recompor a capacidade de investimentos do governo do estado, de modo a que o mesmo seja capaz de elevar o atual conjunto de investimentos;
- Atrair e viabilizar pesados investimentos em infraestrutura, notadamente logística (rodovias, portos, aeroportos e ferrovias);
- Selecionar cadeias produtivas importantes (existentes ou a serem implantadas) e dar amplo apoio institucional para o seu desenvolvimento;
- Privilegiar as micro, pequenas e médias empresas, bem como a articulação destas com grandes empresas âncoras, tendo como foco de atuação os **Arranjos Produtivos Locais**;
- Implantar as **ZPEs** (Macaíba e do Sertão), que anos depois da autorização de funcionamento ainda não tiveram sua implementação viabilizada pelos governos estaduais e dos municípios onde elas se localizam, aprimorando seu projeto, sua composição e atratividade;
- A partir de um amplo mapeamento das deficiências e investimentos em todos os **distritos industriais** do estado, dotá-los de infraestrutura básica quanto a urbanização, segurança, saneamento, energia elétrica e comunicação/conexão de alto padrão;
- Apoiar e viabilizar os **empreendimentos-âncora** para o futuro da economia potiguar tais como o novo porto oceânico, a integração logística, a revitalização e expansão do setor petrolífero, a consolidação e expansão dos polos de geração de energia eólica, a implantação da indústria e da geração de energia solar, e a integração, tornar eficiente e modernizar os demais setores competitivos e vocacionais do RN tais como o extrativista mineral, cimenteiro e de calcinação; o

agropecuário frutícola e bioenergético; a pesca e aquiculturas; a indústria do turismo e do entretenimento bem como a residência imigrante; o setor têxtil e de confecções; a logística de escala, e a tecnologia da informação, assim como o aprimoramento significativo do ambiente de investimento nestas áreas e o adensamento das suas respectivas cadeias produtivas.

2. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

O dinamismo econômico que esperamos atingir nos anos 2015-2018 no Rio Grande do Norte exige **logística e infraestrutura** correspondente.

Temos vários ativos logísticos – rodovias, ferrovias, aeroportos, pistas de pouso, helipontos e portos – que, às vezes, concorrem entre si, quando na verdade devem se complementar. É preciso entender a plataforma logística do Estado como um todo e reconhecer sua intermodalidade.

Integrando a Grande Natal ao restante do Estado, e cada região do Estado entre si, propomos uma grande consolidação de todos os projetos de vias de transporte existentes em um único **Plano Logístico Estadual** a ser denominado “**Eixos do Desenvolvimento**”, salientando o seu objetivo principal de viabilizar o desenvolvimento econômico e social de todas as regiões. O plano deverá incorporar, consolidar, adaptar e atualizar todos os estudos e planos existentes, inclusive o Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT) e os chamados PELTs (Planos Estaduais de Logística e Transporte), os quais têm papel importante na orientação dos investimentos e na definição das ações prioritárias do Governo Federal na nossa região.

Para tanto, são propostas as seguintes ações:

- Lutar pela implantação um novo porto de grande escala - **TERMINAL OCEÂNICO DO RN**;
- planejar um **sistema de tráfego eficiente** para a região metropolitana de Natal.
- criar o “**Corredor Logístico da Zona Metropolitana de Natal**” ;
- consolidar **Plano de Zoneamento Ecológico–Econômico (“PZEE”) da Costa Branca e do Vale do Açu**;
- lutar pela duplicação da BR-304 e BR 406;
- Fortalecer a integração das RNs em um eixo rodoviário que liga a região Seridó ao Litoral.
- Lutar para viabilizar a conexão da rota aérea regionais, especialmente entre **NATAL-MOSSORÓ**.
- Fortalecer e modernizar a Agência Reguladora (ARSEP).

3 – AGRICULTURA

No setor rural do RN ainda residem cerca de 700.000 pessoas, e é neste espaço onde também se encontram os piores indicadores sociais do estado. Considerando ainda que uma proporção expressiva dessa população reside no semiárido e pratica uma agricultura de sequeiro e de subsistência, esse setor será uma das grandes prioridades do nosso governo. Para tanto, são propostas as seguintes ações:

- Recompor a capacidade de atuação da **EMATER** uma vez que a empresa está sucateada e praticamente não cumpre o seu principal papel de assistência técnica ao homem do campo. Também consolidar a capacidade de atuação e **IDIARN** e da **EMPARN**. Com isso reforçaremos a capacidade do estado de atuar na pesquisa, assistência técnica, extensão rural e defesa sanitária como importantes elos de consolidação de um projeto de desenvolvimento e inclusão social das populações rurais do Rio Grande do Norte.
- Enfatizar as seguintes cadeias agropecuárias: caju, fruticultura, leite, mandioca, milho, aquicultura, apicultura, dentre outras.
- **Perímetros irrigados**, com ênfase para o **Projeto Baixo Açu (DIBA)** e os investimentos do governo do estado na regularização fundiária do projeto. Mas também devem ser destacados o uso da água da barragem de **Santa Cruz (Apodi)**, levando água não só para o projeto de irrigação mas também para os pequenos agricultores ribeirinhos e os projetos de assentamento de reforma agrária situados na Chapada do Apodi. Nos outros perímetros irrigados sob controle do DNOCS: **Pau dos Ferros, Cruzeta, Itans e Sabugi**, a ênfase será a modernização destes perímetros, principalmente no que se refere ao uso mais eficiente da água.
- Apoiar e assistir os programas de **assentamentos de reforma agrária**,
- Programa estadual, em parceria com o INCRA, de estruturação dos assentamentos de reforma agrária;
- Programa estadual, em parceria com o DNOCS, de modernização dos perímetros irrigados localizados no estado;
- Programa estadual de convivência com o semi-árido, que inclua, entre outras medidas, um amplo programa de barragens subterrâneas, cisternas, associados com as ações da Secretaria de Recursos Hídricos e em harmonia com os programas do Governo Federal, com o fim de consolidar, entre os agricultores do semiárido, a prática da pluriatividade, como forma de diluir os riscos de perdas econômicas decorrentes de fenômenos climáticos
- Dar efetividade ao funcionamento das seguintes **Câmaras Técnicas Setoriais**: mandioca e derivados leite e derivados; pesca, aquicultura e carcinicultura; sociobiodiversidade; biocombustíveis; e mel e derivados
- Outras ações específicas vinculadas à desoneração da produção e aquisição de equipamentos; formalização e apoio logístico à comercialização local (reativação e novas centrais de abastecimento, frigoríficos e mercados atacadistas), incentivo ao plantio alternativo, recuperação de áreas desertificadas, estoque e abastecimento de água para irrigação, fortalecimento das instituições de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), e um grande programa de **plantio de algaroba** para fornecimento e manejo de lenha para o setor industrial do estado (cerâmicas, padarias e caldeiras industriais).

4 - RECURSOS HÍDRICOS

A gestão de recursos hídricos, engloba questões relacionadas a infraestrutura hidráulica, as quais estão apresentadas em três grandes vetores de atuação:

- Gestão de Recursos Hídricos – com o objetivo de assegurar que a água possa ser utilizada em padrões de quantidade e qualidade satisfatórios por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, ou seja, as ações de gestão têm foco na sustentabilidade;
- Infraestrutura Hídrica – tendo por objetivo principal a ampliação da oferta de água para a população (em termos de quantidade e qualidade) e a manutenção da infraestrutura existentes;
- Saneamento Rural – com o objetivo garantir o abastecimento de água em pequenas comunidades rurais, com implantação de modelos de gestão adequados as características locais.

Vetor 1 - Gestão dos Recursos Hídricos

Para este vetor se tem como propostas:

- Promover a regulamentação e consolidação da capacidade do Estado de atuar na gestão de recursos hídricos, através do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos do Estado – SIGERH, responsável pela condução da política estadual de recursos hídricos;
- Atualizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- Elaborar planos de recursos hídricos para as principais bacias hidrográficas do nosso Estado, com prioridade para as bacias Apodi / Mossoró e Ceará Mirim, que já tem seus comitês instalados.
- Efetivar as ações de outorgas de Direito do Uso de recursos hídricos e licença de obra hidráulica.
- Proceder discussões com os setores interessados sobre como o estado vai realizar o pagamento das águas do PISF e se vai implantar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em nosso Estado.
- Reformular o sistema de informação sobre os recursos hídricos do Estado.
- Realizar o monitoramento sistemático dos principais mananciais de água do Estado, principalmente a operação e manutenção da rede hidrológica, pluviométrica e de qualidade das águas.

Vetor 2 - Infraestrutura hídrica.

Para este vetor são apresentadas as seguintes propostas:

- Ampliar a capacidade de armazenamento existente no Estado;
- Concluir e reforçar os Sistemas adutores do RN como solução para o problema de abastecimento de água a partir das barragens, tais como a de Oiticica para o Seridó, Umarizeira para Umarizal e região e Porto Carão (Rio Piranhas/Açu);
- Realizar as obras do Canal do Sal.

No que se refere ao saneamento rural, propõe-se:

- Definir uma Política de Saneamento Rural para o Estado.
- Cadastrar todas as comunidades rurais do Estado, com informações sobre o atual sistema de abastecimento de água e indicação de soluções se for o caso.
- Promover a continuidade das ações que vêm sendo empreendidas, tais como instalação e perfuração de poços; manutenção permanente dos dessalinizadores existente e ampliação dos mesmos; e implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água.

5 – MINERAÇÃO

Um dos mais tradicionais e estratégicos setores da economia do Estado do Rio Grande do Norte, a **indústria extrativa mineral**, busca mais desenvolvimento, como também sustentabilidade.

Dentre os principais estudos diagnóstico-avaliativos deste setor, há uma visão convergente para uma agenda de política pública setorial, na qual, o Estado tenha um papel destacado como indutor do desenvolvimento sustentável, reforçando os elos entre os agentes públicos, privados e não-governamentais, propiciando assim, as condições para atração de investimentos, infraestrutura, capacitação tecnológica, organização e estruturação das cadeias e arranjos produtivos e modernização dos processos de produção e gestão.

Sob o solo potiguar jaz um dos mais diversificado patrimônio mineral do país, como também, suas riquezas se estendem à plataforma continental, que suportam uma longa história de produtor de matérias primas para vários setores da indústria nacional. Sal-marinho, petróleo e gás, scheelita, ferro, ouro, feldspato, rochas ornamentais, calcário, gemas, minerais industriais e agregados da construção civil constituem os principais segmentos da mineração potiguar, os quais carecem de ações políticas para superarem, em muitos casos, a estagnação, a defasagem tecnológica e a falta de sinergia com setores mais dinâmicos da economia.

O setor mineral do RN agrega um conjunto de 11 segmentos com características distintas, principalmente, a capacidade produtiva, localização geográfica e natureza geológica-mineira. Portanto, um programa de ações e parcerias, objetivando o desenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental, deve considerar sua diversidade, norteando-se tanto pela especificidade de ações para cada segmento como por diretrizes gerais, de forma abrangente e complexa.

Nesse contexto, as propostas da **Coligação Liderados pelo Povo** estão centradas nos seguintes pontos:

- Ampliação da infraestrutura logística, visto que gargalos no escoamento da produção são fatores impeditivos para atrair investimentos;
- Simplificação de processos burocráticos para implantação de novas frentes produtivas;
- Adequação de linhas de créditos para recuperar o ânimo e a confiança dos grupos mineradores e no retorno da capacitação e assistência técnica;

- Apoio ao cooperativismo e associativismo para a mineração de pequena escala e a formação de centros de difusão de novas tecnologias minerais;
- Implementar a metodologia de publicação do anuário mineral do Rio Grande do Norte.

Outro conjunto de ações deve ser dirigido ao segmento dos agregados da construção civil no sentido de apoiar estudos tecnológicos das jazidas. Visto que o segmento é responsável pela expressiva extração bruta de areia e argila e beneficiada de brita e cascalho, com evidente carência na melhor estruturação da cadeia de produção e melhores entendimentos com os órgãos ambientais.

O segmento dos carbonatos carece de estudos tecnológicos para potencial para novos e distintos usos, modernização da lavra, estruturação dos arranjos produtivos do cal, qualificação técnica e suporte à modernização dos processos de gestão. Juntos, os segmentos dos agregados da construção civil, cerâmicos e carbonatos apresentam excelentes oportunidades de negócios devido à sua sinergia com o crescimento da indústria da construção civil.

Por fim, cuidado especial deve ser dado às cooperativas de garimpeiros das regiões do Seridó, as quais extraem feldspato e caulim, e da região do Trairí, produtora de gemas. Cabendo reforços para os pequenos produtores de cal na região de Jandaíra, de areia e brita na região metropolitana de Natal e para diversas cooperativas cerâmicas instaladas no Estado.

6 - ENERGIA, PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

O SETOR ENERGÉTICO é o setor da economia com maior peso nos novos investimentos que ingressaram no Estado.

O RN alcançou, em 2010, a autossuficiência em capacidade de geração energética. Recentemente, o Estado atingiu também a capacidade de gerar sua própria demanda energética apenas a partir de usinas eólicas. O RN é hoje um provedor regional de energia, importante para a segurança energética nacional.

ENERGIA EÓLICA - Apenas em energia eólica, o RN foi o primeiro estado brasileiro a superar o primeiro GW (1.000 MW) eólico em maio passado, e atingirá 1.6GW (1.600MW) eólicos instalados até o final deste ano de 2014.

O Estado deverá também voltar a se integrar, em alto nível, com as entidades governamentais e setoriais nacionais, para exercer o seu papel de liderança nas conquistas importantes para esta indústria. Igualmente importante é a confirmação e manutenção do Rio Grande do Norte como provedor regional de energia renovável, a partir da excelente base já conquistada junto ao setor eólico. Tanto para esta, quanto para as demais fontes energéticas emergentes, será relevante o apoio e a participação do Estado nas iniciativas referentes à pesquisa e desenvolvimento tecnológico bem como a capacitação e reposicionamento de profissionais e empresas locais visando assegurar um efeito multiplicador positivo dos investimentos setoriais na economia local.

ENERGIA SOLAR – Diante do potencial gigantesco existente no RN, o apoio do Estado pode facilitar o incremento da escala e das oportunidades neste segmento, com a mobilização institucional (Governo Federal, Estado, ONGs e Prefeituras) e educacional (mudança de cultura) e ações concretas tais como o dimensionamento da necessidade de incentivos, a atração de investimentos na pesquisa, desenvolvimento e fabricação de componentes, e na instalação de usinas para geração de maior porte, tanto termosolares quanto fotovoltaicas, bem como a implementação de projetos solares em assentamentos rurais para auto-consumo e geração independente.

PETRÓLEO - A despeito dos novos investimentos na recuperação de poços produtores o principal fator do recente baixo desempenho do crescimento econômico do RN foi a queda de **produção de petróleo e gás** natural no estado, em função do esgotamento das reservas locais.

No entanto, o advento da **primeira descoberta em águas profundas no nosso litoral**, abrirá uma nova fronteira de investimentos, que requer a adaptação e o aprimoramento dos nossos fornecedores e trabalhadores locais para atender a novas demandas. Aqui também, o papel do governo do Estado será viabilizar a criação do Arranjo Produtivo Local do Petróleo e Gás Natural.

REFINO E PETROQUÍMICA – a partir do apoio do Governo Federal, em parceira com a Petrobrás lutar pela **ampliação** da **Refinaria Potiguar Clara Camarão**, consolidando a autossuficiência estadual na produção de **gasolina, diesel, gás liquefeito e querosene de aviação**, e agregando mais capacidade e novos módulos petroquímicos que aproveitem a excelente localização e área disponível em Guamaré.

GÁS NATURAL – Em virtude da significativa queda de produção deste importante insumo no território potiguar, é necessário que o Estado apoie o investimento em novas fronteiras produtoras de gás, no mar e em terra e que desenvolva planos racionais de aproveitamento local, inclusive através da revisão geral, revitalização e aprimoramento do PROGÁS. Também será importante a defesa dos interesses e receitas da POTIGÁS bem como a integração entre a rede de gasodutos e os sistemas de gás natural comprimido (GNC) para viabilizar o atendimento de gás natural a polos turísticos.

BIOCOMBUSTÍVEIS – Este segmento dever receber a atenção do Governo Estadual, pela configuração do seu setor agrícola e condições climáticas e geográficas favoráveis ao cultivo de oleaginosas, através da mobilização empresarial e parcerias com o Governo Federal e as instituições de ensino e pesquisas existentes no Estado.

MULTIPLICADOR LOCAL - Os investimentos realizados no setor de energia, petróleo e gás são geradores de uma demanda considerável por bens e serviços, e por mão-de-obra especializada. Nas cidades em que o setor se desenvolve, há um **multiplicador importante de empregos e renda**. Mas, para se consolidar e perenizar os benefícios desta atividade, é necessário prover um ambiente atrativo ao investimento, bem como assegurar capacitação e qualificação profissional aos que querem ingressar no setor, bem como apoio à classe empreendedora local para se tornarem fornecedores de bens e serviços de qualidade. Somente através da capacitação e do empreendedorismo, as nossas cidades serão capazes de

assegurar que os investimentos em geração de energia e produção de petróleo beneficiem as suas populações ainda mais.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO – Através de convênio com a estatal federal EPE - Empresa de Projetos Energéticos, realizar a atualização do Balanço Energético do Estado do RN e do Atlas Estadual Eólico, e a elaboração da Matriz Energética do Estado do RN e do Atlas Estadual Solar, instrumentos essenciais de gestão da política energética e industrial.

7 - TURISMO

Atividade econômica em franca expansão no Mundo, o turismo representa aproximadamente 10,5% do PIB do estado do Rio Grande do Norte. O turismo é uma das atividades que mais gera mais emprego no estado, empregando aproximadamente 8% da população economicamente ativa.

O Rio Grande do Norte, com seu extenso litoral, suas inúmeras praias de rara beleza, sua alta biodiversidade, sua rica geologia aliada à existência de raros sítios arqueológicos, sua saborosa gastronomia, dentre outros fatores culturais e econômicos, tornou-se um dos principais destinos turísticos brasileiros.

Aqui está instalada uma ampla rede de serviços turísticos, com destaque para um amplo setor hoteleiro e de restaurantes que nos credenciou a ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. O sucesso deste evento em Natal comprova a capacidade de todo o trade turístico em atender a demanda quando necessário for.

Os investimentos do Governo Federal para a construção do novo Aeroporto Internacional e do Terminal de Passageiros no Porto de Natal ampliarão ainda mais esta capacidade de atender bem a demanda.

Nesse contexto, são propostas as seguintes ações:

- Revitalizar o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado – PRODETUR;
- Diversificar a oferta turística do Estado, que atualmente está focalizada no litoral, com pouca ênfase em atrativos culturais e na interiorização do turismo. Essa diversificação deve contemplar, além dos dois polos atualmente institucionalizados no Estado - Costa das Dunas e Costa Branca -, os Polos Seridó, Serrano, Agreste-Trairi e polos de turismo religioso.
- Apoiar o desenvolvimento do produto turístico, através de investimentos para a recuperação dos atrativos turísticos públicos e de seu entorno, necessários para impulsionar o desenvolvimento de novos mercados que busquem no Rio Grande do Norte um turismo diferenciado. Esse componente aumentará nossa capacidade de competir.
- Apoiar a comercialização com vistas a fortalecer a imagem turística do nosso destino, nos mais diversos canais de comunicação. O governo do estado deve ser um forte parceiro nas ações de promoção do destino e o principal articulador junto à iniciativa privada e aos demais parceiros

- Promover o fortalecimento institucional, buscando recuperar a capacidade do Conselho Estadual de Turismo (CONETUR) e dos conselhos de turismo de cada um dos cinco pólos de turismo do Estado. Esses conselhos agem como instâncias democráticas e participativas que envolvem todos os atores de nosso turismo, discutindo, deliberando e solucionando os problemas do turismo do RN.
- Instalar e ampliar a infraestrutura e serviços básicos para que a atividade turística se desenvolva, sabendo-se que o retorno se dará com o aumento da atividade econômica, da geração de emprego e renda para a população e para o Estado.
- Promover a conservação e sustentabilidade no uso dos recursos que são a base da atividade turística em nosso Estado. Neste componente devem ser realizados investimentos em estudos e planos para que se diminua a insegurança jurídica junto aos órgãos licenciadores federais e estaduais. Neste aspecto o governo do estado deve assumir um papel de liderança, articulando o desenvolvimento com sustentabilidade, econômica, social e ambiental.

8 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Os planos de CTI atualmente em curso no Estado contemplam as áreas de: energia; mineração; turismo; artesanato; agronegócio (carcinicultura, piscicultura, fruticultura); saúde; tecnologia da informação e comunicação; e educação. Os Planos também apresentam programas de ação com metas e previsão de resultados esperados, tendo como foco a importância da incorporação de ações de CTI às políticas estaduais. Neste contexto, vemos o papel do Governo do Estado como agente mediador e financiador de ações convergentes de apropriação, pela sociedade, do conhecimento produzido na academia, viabilizando a sua utilização a partir de políticas públicas que aumentem o acesso da população aos bens e serviços, ou seja: uma gestão inclusiva e de qualidade. Assim, os sistemas de inovação são integrados por três setores principais: setor empresarial, universidades e governo.

O destaque dado pelo Governo Federal às ações de inovação gerou um ambiente propício para uma aproximação entre os Governos Estaduais e o Governo Federal para que os mesmos formem seus sistemas estaduais e abram grandes possibilidades de parceria para o desenvolvimento de ações que favoreçam a formação de recursos humanos nos diferentes níveis e o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicados às necessidades da sociedade envolvendo, portanto, políticas de governo voltadas para as áreas da saúde, segurança, desenvolvimento regional, meio ambiente, empreendedorismo, ações de internacionalização, entre outras. Destacam-se ainda ações de inovação, como a criação dos parques tecnológicos e incubadoras de empresas, e a ampliação e formalização de atividades empreendedoras que aumentam a criação e oportunidades de emprego e desenvolvimento socioeconômico.

Constata-se a necessidade de uma avaliação parcial e análise dos resultados alcançados até o momento, com projeções de correções de rumos para o futuro e incorporação destas ações dentro de um contexto integrado às políticas do Estado do RN. Deste modo, se faz necessário um realinhamento do plano em curso verificando as ações já desenvolvidas e seus impactos, atualização e/ou acréscimo de demandas não previstas anteriormente, consolidação e

institucionalização de ações bem sucedidas e implantação de ações específicas e fundamentais para o alcance dos objetivos do Plano, quais sejam:

- Melhorar o aproveitamento das parcerias com o governo federal na captação de recursos financeiros para consolidação do sistema estadual de CTI;
- Proceder à regulamentação da lei estadual de Inovação aprovada em dezembro de 2012, conforme previsto no Plano Estadual de CTI, com destaque para a criação de um fundo de Inovação;
- Apoiar a formação e/ou consolidação de parques nas áreas estratégicas para o estado como Energia Renovável, Tecnologia da Informação, Agronegócio, Petróleo e Gás, Turismo, Segurança, Saúde e Educação, Sustentabilidade ambiental, entre outras;
- Revisar e cumprir o percentual do repasse financeiro para a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), previsto na Lei que criou o Fundo Estadual de CTI, que viabilizarão as parcerias estratégicas com o Governo Federal;
- Diagnosticar junto às Universidades e aos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia sediados no Estado os projetos relevantes para o desenvolvimento do RN, e aproximação deste segmento das políticas de governo, bem como das demandas dos setores empresariais e comunitários, a partir de programas específicos mediados pelo Governo Estadual;
- Elaborar programas e projetos integrados às obras de infraestrutura decorrentes da Copa do Mundo (Aeroporto de Natal, Arena das Dunas);
- Gerenciar de modo intensivo as ações do Projeto RN Sustentável em implantação, nos seus 3 componentes, que terão repercuções importantes na gestão pública dos setores do Estado do RN, na Saúde e Educação, e na governança de suas cadeias e arranjos produtivos.

EIXO 3 – RESGATE SOCIAL E CIDADANIA

A **Coligação Liderados pelo Povo** apresenta neste eixo propostas com o objetivo de recuperar a malha de serviços do governo na área social, recompondo os tecidos que compõe a educação, assistência social, segurança, saúde, saneamento, habitação, dentre os principais, assumindo o papel do Estado como estimulador da conquista da cidadania plena.

Os compromissos assumidos serão marcados pela definição de metas e indicadores que projetem melhorias sociais, cujo desempenho será avaliado através da participação popular e controle social na gestão dos programas e ações.

O investimento público na área social deverá pactuar convênios com a União, atrair parcerias com empresas privadas e obter recursos financeiros internos e externos, bem como a formação de consórcios intermunicipais.

A cobertura temática do Eixo 3 envolve os vetores principais a seguir apresentados:

Vetor 1 – Educação

A **Coligação Liderados pelo Povo** tem como compromisso central na área de educação construir projetos de Estados, impecáveis, com foco único no Estudante, para através da garantia do direito de **aprender projetar seu futuro como cidadão**.

As propostas aqui apresentadas, para a **Educação Básica** da rede estadual do RN, tomaram como referência as metas do **Plano Nacional de Educação**. Os avanços pretendidos estão atrelados à continuidade de bons projetos, uma vez que a descontinuidade, reconhecidamente, tem sido fatal para o ensino e a aprendizagem.

O projeto de reconstrução da educação pública de qualidade, focada em resultados, deve apresentar como referências norteadoras, a LDB, os Planos Nacional e Estadual de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais, que apresentam como princípios básicos:

- Conceber a Educação Básica Pública como Política de Estado a partir do compromisso do dirigente em dar continuidade aos projetos que vêm revelando avanço;
- Superar as descontinuidades é essencial ao avanço na concepção e na maneira do dirigente pensar e agir.

A **Educação Básica no RN** se confronta com novos problemas de natureza diversa, que transcendem as conhecidas dificuldades que desencadeiam as fortes desigualdades socioeconômicas e culturais. Hoje, elas são complexas por gerarem crises na conjuntura familiar, na gestão da escola e na condução dos valores humanitários, cívicos, éticos, além dos princípios clássicos que balizam a organização da sociedade.

Há, em vários âmbitos, indefinições e até certa banalização a respeito da cobrança de responsabilidade entre os entes, as instituições e aqueles que gerenciam e são os usuários das políticas sócio-educativas públicas.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB, (Lei 11.494/2007) é reconhecido por sua importância como instância financiadora.

A rede física do Estado do RN, é formada, hoje, por 683 escolas que ofertam o Ensino Fundamental, o Médio e o Profissionalizante, além das modalidades de Educação de Jovem e Adultos, Educação do Campo, Educação Prisional, Educação para Quilombolas.

A estrutura física dessas escolas, apesar das intervenções (manutenção, reforma, ampliação) periódicas realizadas nos últimos anos, apresenta, ainda, condições de atendimento bastante variadas em decorrência do tempo/ano em que foram construídas ou em relação ao seu porte e características, tais como: localização, modalidades e níveis de ensino, número de alunos, salas de aula, corpo docente, número de servidores, dentre outros problemas.

Faz-se necessário à sua adequação para as atuais demandas dos projetos educacionais já implantados e outros que devem ser implantados, tais como: Mais Educação, Ensino Médio Inovador, Pacto Nacional do Ensino Médio, Programa Leitura do Ensino Médio, PRONATEC,

Mediadores da Leitura, Coneção de Saberes, Correção de Fluxo, Projeto Conquista, Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Escotismo na Escola, Proerde, Programa Saude na Escola, Paz na Escola etc.

Matrícula da Educação Básica

No RN, segundo o Censo Escolar 2012, o quantitativo de estudantes matriculados na Educação Básica totalizam 269.588 estudantes, sendo 120.288 do Ensino Fundamental, 114.518 do Ensino Médio, 37.782 da Educação de Jóvenes e Adultos. A matrícula na Educação Profissional, médio profissionalizante é de 207 estudantes (MEC/INEP, 2013)

No Ensino Fundamental 39,8% dos alunos matriculados na rede estadual do RN encontram-se fora da faixa etária, contra 35,8% de toda a rede pública (municipal e estadual) e 31,1%, considerando-se a matrícula de todas as redes (municipal, estadual, federal e escolas privadas). Nessa etapa de escolaridade, os dados mais críticos correspondem ao 6º ano, cujo percentual na rede estadual é 54,5%. (INEP/MEC, 2012).

O atendimento escolar do Ensino Médio continua sendo um desafio, pois ainda existe um número expressivo de jovens fora da escola. A matrícula da rede estadual passa de 141.793 (2006), para 115.367 em 2012, um déficit de 26.426 matrículas no período. Entretanto, a rede estadual atende 80,7% dos jovens e adultos. Fora da escola temos 18.434 jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos (INEP/MEC, 2013)

Os dados do Ensino Médio são ainda mais preocupantes, merecendo uma atenção especial do Estado, principalmente por se tratar de uma etapa do ensino que necessita ser fortalecida através do incremento da parceria com o governo federal, a partir da afinidade programática e sintonia das propostas da **Coligação Liderados pelo Povo** com o projeto Nacional em curso.

Desempenho Escolar e IDEB

O IDEB é um índice calculado, a cada dois anos, com base na média da taxa de aprovação de cada etapa de ensino e no desempenho médio na Prova Brasil/SAEB das referidas etapas.

A proposta da **Coligação Liderados pelo Povo** é de reorganizar o programa de alfabetização do RN de modo a alcançar a população com faixa etária superior a 15 anos, associada à integração de várias instituições e seus programas para motivar a população com baixas capacidade a retornarem à escola.

O Pronatec será ampliado, para ofertar cursos de formação profissional destinadas a atender demandas e expectativas da população.

Nesse contexto, são apresentadas as seguintes metas e ações para a educação do RN:

Metas para a educação básica:

- Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que os alunos concluam essa etapa na idade certa, até o último ano de vigência do PNE e PEE;

- Alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do PNE e PEE;
- Ampliar os cursos de formação continuada de professores, em serviço das escolas da Educação Básica (municipais e estaduais - urbanas e rurais);
- Oferecer educação em tempo integral em escolas públicas, de forma a atender, também os alunos da Educação Básica;
- Universalizar o atendimento escolar para a população de 04 a 17 anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento a altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino;
- Oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas do Ensino Médio, observado o plano de vigência do PNE;
- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a avançar no IDEB;
- Reduzir o analfabetismo funcional.
- Reduzir o abandono, a repetência e a distorção idade-série no Ensino Médio;
- Garantir a melhoria da Educação Básica de qualidade social em termos de aprendizagens e de indicadores de desempenho nas avaliações estaduais, nacionais e internacionais;
- Qualificar a gestão democrática com o objetivo de garantir maior responsabilidade do gestor, equipe pedagógica e docente da escola para com as aprendizagens e a formação cidadã dos estudantes;
- Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, para as populações do campo, negros e não negros dos municípios de menor escolaridade;
- Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos;
- Oferecer matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Para o regime de colaboração e planejamento com os municípios

- Assistir ao mapeamento dos municípios e das demandas educacionais, considerando as 16 Diretorias Regionais de Educação (DIREDs);
- Melhorar a rede física e dos recursos humanos do estado e dos municípios para atenderem as necessidades educacionais da população;
- Elaborar e/ou revisar o plano estadual de educação para a próxima década, à luz do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos planos dos municípios.

Gestão com foco em resultados

- Pactuar com as escolas e todos os órgãos da Educação a necessidade de cumprimento da legislação que garante o funcionamento regular das escolas;
- Aprofundar o estudo de viabilidade de criação de concurso público para gestores das escolas e fortalecimento da gestão democrática por meio dos Conselhos Escolares;
- Recuperar as instalações físicas, os mobiliários e os equipamentos das escolas;
- Criar método de formação continuada dos servidores com parâmetro nos resultados de aprendizagens;
- Aperfeiçoar os sistemas digitais de acompanhamento e controle de informações da rede de escolas.

Garantia de aprendizagens na educação básica

- Efetivação de planos pedagógicos consistentes;
- Implantação gradativa de escolas de tempo integral;
- Utilização de materiais de apoio (livros, plataforma digital, vídeo-aulas);
- Ampliação da oferta de educação profissionalizante (escolas e centros profissionalizantes) utilizando a estrutura das escolas de ensino médio;
- Ampliação do papel da Escola na comunidade, pela utilização dos espaços pedagógicos pela comunidade, tais como: bibliotecas, laboratórios, quadras de esportes, entre outros.

Ensino superior e formação continuada de excelência

- Fortalecimento do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy para que seja referência nas formações inicial e continuada de professores e demais trabalhadores em atividades nas escolas e órgãos da educação.

Vetor 2 – Saúde

Embora se observe, em nível nacional, uma progressiva redução das taxas de mortalidade materna e infantil nos últimos anos, os números que se apresentam no Estado ainda estão longe do aceitável e extrapolam em muito os limites preconizados pela Organização Mundial de Saúde. Destaca-se que, aproximadamente, 76% dos óbitos de recém-nascidos e 80% dos óbitos maternos ocorrem por **causas evitáveis**, em sua maioria relacionada à falta de atenção adequada à mulher durante a gestação, no parto e também ao feto e ao bebê.

Além disso, os hospitais estaduais de referência situados em Natal – Walfredo Gurgel, Giselda Trigueiro, Maria Alice Fernandes e José Pedro Bezerra –, bem como o Regional de Parnamirim – Deoclécio Marques de Lucena –, sofrem com superlotação, prestando assistência de qualidade questionável, em decorrência de estarem com pacientes internados sempre acima de sua capacidade assistencial.

Outro aspecto que contribui para a baixa qualidade dos serviços prestados é a fragilidade no abastecimento das unidades hospitalares com medicamentos e materiais médico-hospitalares.

Em relação aos convênios, é comum a formalização desses entre a Secretaria Estadual de Saúde e os municípios sem a observância dos instrumentos de gestão do SUS (PDR -Plano Diretor de Regionalização; PDI – Plano Diretor de Investimentos e PPI – Programação Pactuada Integrada, gerando serviços ociosos, serviços superpostos, serviços onde não se consegue fixar profissionais, etc.

Outro ponto a ser ressaltado é que a política de Atenção Básica encontra na **Estratégia Saúde da Família** o seu eixo principal, observando-se ao longo do tempo o seu progressivo fortalecimento e expansão.

Ressalta-se, ainda, a falta de estrutura de redes e equipamentos de informática nos estabelecimentos de saúde, que compromete, inclusive, a eficácia da regulação.

Nesse contexto, são propostas as seguintes ações:

- Criar ambiente favorável à discussão, integração e bom relacionamento com os profissionais da área de saúde, com foco na construção das soluções dos problemas;
- Adotar a estratégia de regionalização, através da construção e estruturação de regiões de saúde resolutivas, bem como desenvolver uma política de qualificação e racionalização dos hospitalares situados no interior do Estado;
- Promover a harmonização dos convênios financiados pelo Fundo Estadual da Saúde com o Plano Estadual de Saúde e com os instrumentos de gestão do SUS (PDR, PDI e PPI);
- Implantar redes de atenção à saúde e do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP);
- Estruturar o sistema de regulação e o apoio técnico e financeiro do Estado para a qualificação da rede de atenção básica no RN.
- Melhorar os vínculos dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família.
- Implantar um sistema de gestão hospitalar eficaz, de forma a permitir o monitoramento do Plano Estadual de Saúde e acompanhar a elaboração dos Planos Municipais de Saúde.

Vetor 3 - Segurança

A segurança pública é prioridade para a **Coligação Liderados pelo Povo**, por ser imprescindível reduzir os altos indicadores de criminalidade e violência, restabelecer uma sensação de bem-estar na sociedade e melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão.

A situação que o Rio Grande do Norte atravessa será alterada, pela **Coligação Liderados pelo Povo**, com políticas públicas de segurança, controle da criminalidade e da violência, investimentos de recursos no setor, planejamento sustentado em diagnósticos sistêmicos

confiáveis, gestão técnica e uma combinação de estratégias de ações preventivas e repressão qualificada.

Integração das polícias, compatibilização de áreas e aprimoramento das inteligências

A execução das ações de segurança pública devem primar pelos resultados alcançados em áreas delimitadas, com mobilização integrada das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Instituto Técnico-Científico de Polícia - ITEP.

Contudo, a integração desses órgãos não pode ser apenas geográfica, deve ser digital e operacional. É preciso aproveitar o legado do planejamento integrado, logístico, tecnológico e material da Operação Copa do Mundo em Natal.

A **Coligação Liderados pelo Povo** aperfeiçoará o sistema de geo-referenciamento e geo-processamento das informações da criminalidade e da violência. Para através dos recursos tecnológicos, produzir mapas da incidência de crimes no Estado, avaliar a relação entre eles, cruzar essas informações com variáveis que se apresentam espacialmente, como os níveis de empregabilidade, de atendimento de saúde e educação.

Ostensividade policial, gestão por resultados e premiação

É necessário aumentar a eficácia das ações de polícia ostensiva para a prevenção do delito. Mas não basta apenas colocar o policial na rua. É preciso gerenciar, avaliar e bonificar a sua atuação, assim como melhorar substantivamente a estrutura logística das polícias.

Policia Comunitária

Não basta o policiamento ser ostensivo. É preciso existir uma estratégia de fazer polícia que concentre esforços na filosofia de polícia comunitária.

A proposta é assegurar uma polícia próxima do cidadão, que utiliza a força de forma legal e proporcional, por meio do irrestrito respeito aos direitos humanos, a qualificação em consonância com a utilização de tecnologia avançada e a interação com a comunidade.

A polícia vai interagir com a comunidade, por meio de visitas às residências, escolas, condomínios, praças e outros. A permanência da mesma equipe de policiais em cada área de serviço proporciona aos moradores um laço de confiabilidade perdido pelo policiamento tradicional.

É necessário investir em formação e qualificação profissional dos policiais militares de forma orientada por novos conteúdos, evitando o superado modelo de formar o policial apenas identificado com ações mais repressivas do que preventivas.

Centrais de Policias

Para a **Coligação Liderados pelo Povo**, é preciso quebrar o paradigma das "Delegacias de Plantão" e repensar o modelo das delegacias especializadas instaladas individualmente, criando "Centrais de Polícia", que funcionam 24 horas por dia, instaladas inicialmente nos pontos principais da Capital e, em seguida, na Região Metropolitana e no interior do Estado.

As “Centrais de Polícia” contarão com equipes de policiais civis e policiais militares, além de servidores da polícia técnica, trabalhando juntos numa mesma unidade, atendendo a todo tipo de ocorrência.

Além de permitir rapidez e bem-estar no atendimento à população, o trabalho de ostensividade da polícia militar produzirá resultados mais eficazes com a integração com a polícia técnica e a imediata comunicação com as equipes da Policia Civil.

Fim do desvio de função e valorização profissional

É imprescindível aumentar o número de agentes públicos relacionados com a Segurança Pública. Mas é preciso, também, suprimir o desvio de função na segurança publica. Esse norte, não objetiva apenas fazer os agentes retornarem às suas instituições de origem, mas assegurar que desempenhem as atribuições para as quais foram concursados nas suas próprias instituições.

Os direitos dos agentes públicos de segurança, represados nos últimos anos, devem ser assegurados através da plena efetivação dos planos de carreira.

Assegurar a captação de recursos

É necessário assegurar contrapartida financeira para os convênios na área de segurança, implantar mecanismos de monitoramento e avaliação de projetos e aprimorar a quantidade e a qualidade das equipes técnicas dos órgãos envolvidos com segurança pública, para vencer a incapacidade que o Estado tem demonstrado para executar em plenitude os recursos financeiros disponibilizados para investimento.

Diálogo permanente com os poderes e a sociedade

Nenhuma ação na área de segurança pode ser isolada. A **Coligação Liderados pelo Povo** defende uma articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembléia Legislativa, os Municípios e a União e o estabelecimento de parcerias com entidades da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos de prevenção social da violência.

O controle da violência e o suporte às vítimas recorrentes

Grande parte dos conflitos geradores dos assassinatos estão relacionados ao tráfico de drogas, especialmente porque as características do mercado ilícito do crack geram um alto grau de violência.

Para a **Coligação Liderados pelo Povo**, no entanto, é preciso transformar a questão da droga em uma questão de saúde pública. É preciso mudar o paradigma de atuação pública nessa área. Trata-se de uma ilusão achar que os problemas relativos à droga vão ser resolvidos através da guerra às drogas. Tratamento para dependentes, educação para prevenção, redução de danos.

As evidências disponíveis reforçam o diagnóstico do perfil predominante das vítimas, que não mudou ao longo da última década: homens jovens, entre 15 e 25 anos de idade, de cor negra e

residentes nos bairros mais pobres das cidades que formam a Região Metropolitana de Natal. Por essa razão, a **Coligação Liderados pelo Povo** pretende implantar um programa de prevenção social da violência, baseado na prevenção primária do delito e dirigida especificamente para proteger o cidadão com esse perfil.

Corpo de Bombeiros

Para funcionar em sua plenitude, o Corpo de Bombeiros precisa aumentar o seu efetivo e investir em projetos para melhorar a qualidade e eficiência dos serviços de salvamento, combate e prevenção a incêndio, defesa ambiental, guarda vidas e de engenharia de segurança.

A estrutura organizacional da Defesa Civil precisa ser integrada ao Corpo de Bombeiros Militar, que passará a planejar, coordenar e executar as ações de prevenção de desastres naturais, calamidades públicas, socorrimento, reconstrução e assistência a vítimas.

A **Coligação Liderados pelo Povo** apoiará e ampliará os projetos de alcance social do Corpo de Bombeiros Militar.

Instituto Técnico-Científico de Polícia do RN

As atuais condições do ITEP, desde as instalações físicas até o reduzido número de servidores, são inadequadas para a relevância de suas atribuições, sendo necessário:

- (i) implantar a Lei Orgânica do órgão;
- (ii) construir sede única e moderna para os setores de criminalística, identificação civil e criminal e medicina legal, assim como instalação do laboratório de DNA forense;
- (iii) capacitar os profissionais e modernizar, intensificar e padronizar a tecnologia da Perícia Forense;
- (iv) Interiorização dos serviços.

Sistema prisional

No que diz respeito ao sistema prisional, persistem problemas crônicos. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, no Relatório Final do Mutirão Carcerário no Estado do Rio Grande do Norte, realizado em 2013, 7.240 apenados ocupavam 4.696 vagas, ou seja, existia um déficit de 2.544 vagas.

Hoje, a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania revela que estão no Sistema Penitenciário 6.837 apenados para 3.264 vagas, com um déficit, portanto, de 3.573 vagas.

A superlotação prisional demonstra que é necessária a ampliação corajosa do número de vagas no sistema prisional. Mas não apenas isso. A proposta da **Coligação Liderados pelo Povo** passa pela melhoria da qualidade do atendimento jurídico, educacional e laboral ao preso.

Vetor 4 – Habitação

A política habitacional do nosso Estado é precária pela ausência de efetividade e de eficácia da Secretaria de Habitação /Fundo Habitacional, que se apartou das parcerias com o Governo Federal, especialmente com relação ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), tanto na área URBANA (parte do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU) quanto na RURAL (parte do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR).

Em 2012 cerca 74% do déficit habitacional do RN concentrava-se nas famílias com renda de até 3 salários mínimos. Um total de 82.367 famílias sem moradia, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**IPEA**).

A **Coligação Liderados pelo Povo** terá foco no déficit habitacional do RN, pois no mesmo período citado houve a redução de 11,5% no déficit de moradias para as famílias com renda de 3 a 5 salários mínimos e 10% para aquelas cuja renda está entre 6 e 10 salários mínimos e 30% de redução no indicador das famílias com renda superior a 10 salários mínimos.

Nesse contexto, são apresentadas as seguintes propostas:

- reduzir o déficit habitacional;
- construir em parceria com o Governo Federal e as Prefeituras mais de 40.000 Unidades Habitacionais para as famílias que ganham até 3 salários em 4 anos.
- A prioridade será o extrato da população de mais baixa renda (de 0 a 3 salários mínimos).
- parceria com o **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FDS)** e o **FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL (FAR)** do Governo Federal em outras iniciativas, que tragam novas moradias ou a melhora das atuais (reformas, erradicação de casas de taipa, recuperação de áreas degradadas), bem como com os Municípios.

Vetor 5 – Meio Ambiente

O Fundo Estadual de Preservação do Meio Ambiente não vem sendo utilizado prioritariamente para desenvolver ações que privilegiam as necessidades socioambientais da população, culminando com insucesso dos projetos, em virtude da distância entre as propostas dos projetos e a realidade das comunidades envolvidas.

A precariedade na infraestrutura e ainda a escassez de pessoal não permitem uma celeridade no andamento dos atos administrativo, fato que gera uma morosidade no sistema público, trazendo assim, problemas de ordem econômica, social e ambiental para o estado, e principalmente a insatisfação da população perante a administração pública.

O órgão de controle ambiental concentra suas atividades na capital, ficando omissos aos problemas que ocorrem na maior parte do seu território. Com a criação da Lei Federal 140/2011, as atribuições de controle e fiscalização ambiental foram compartilhadas com os municípios, no entanto, a união não ofereceu apoio para a recepção destas novas atribuições acarretando uma desorganização do sistema de gestão ambiental do estado e dos municípios componentes.

Com o crescimento econômico do país, surgiram alguns problemas de ordem ambiental, dentre eles o aumento dos gases do efeito estufa, a diminuição das florestas naturais e a geração de resíduos nos centros urbanos. A falta de gestão destes resíduos, principalmente sua destinação, vem causando a contaminação da água e do solo, além de gerar doenças, tornando-se assim um problema de saúde pública.

Propostas para o governo:

1 – Implantar uma gestão mais eficiente no atendimento às solicitações daqueles que buscam os serviços prestados pelo órgão de controle ambiental do estado, bem como nos serviços de fiscalização de suas atividades;

2 – Fortalecer o órgão gestor da Política Estadual de Meio Ambiente, através de melhoria da infraestrutura, modernização dos serviços, e principalmente com valorização dos recursos humanos da instituição;

3 – Interiorizar a gestão ambiental, com uma maior participação dos municípios a partir do fortalecimento do Sistema Estadual de Meio Ambiente;

4 - Incrementar o Fundo Estadual de Preservação do Meio Ambiente (FEPEMA), revendo normas e fontes de recursos, destinando-os para projetos de iniciativas comunitárias de proteção e defesa do meio ambiente, combate e prevenção do processo de degradação ambiental nos municípios norte-rio-grandenses;

5 – Descentralizar os serviços e atividades desenvolvidas pelo órgão executor da Política Estadual de Meio Ambiente com o objetivo de implantar a Lei Federal 140/2011, ofertando apoio aos municípios para regulamentação da legislação necessária e dos conselhos municipais e principalmente a capacitação dos técnicos envolvidos, transferindo assim suas competências e responsabilidades;

6 - Definir e fortalecer o sistema de gestão e saneamento ambiental, apoiando as ações do órgão regulador do setor e o fomento voltado para a criação, implementação e funcionamento dos conselhos municipais;

7 - Implantar programa de incentivo as práticas de conservação das florestas, especialmente as matas ciliares, com ênfase para os recursos hídricos e ambientais em parcerias com a SEMARH, CAERN, EMATER, EMPARN e instituições de ensino;

8 - Implantar programa de educação ambiental em parceria com as instituições de ensino superior, municípios e demais órgãos da administração estadual.

Vetor 6 – Política social e cidadania

A despeito de serem políticas transversais que envolvem todas as áreas de governo e observadas as diferenças peculiares a cada estado da federação, a Política de Assistência Social e Cidadania no país está assentada em quatro pilares: Brasil Sem Miséria (BSM), Bolsa Família, Segurança Alimentar e a Assistência Social propriamente dita.

No Rio Grande do Norte, onde existem mais de 400 mil pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, estas políticas são aplicadas desde a SETHAS (Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social). Infelizmente os governos das últimas décadas têm se omitido de exercer o papel do ente estadual, deixando a aplicação destas políticas públicas para os Municípios e o Governo Federal.

Para estes mais de 400 mil potiguares, a única assistência é o programa Bolsa Família do Governo Federal. A **Coligação Liderados pelo Povo** atuará na erradicação da miséria em nosso Estado, nos moldes do BSM, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, marcando, assim, uma corajosa e promissora guinada no rumo do acompanhamento das políticas públicas no RN.

A busca pela integração intersetorial, o empenho no pacto federativo, os termos de compromisso firmados com distintas instituições, a estrutura de gestão como meio para viabilizar e induzir sinergias, o empenho em maior institucionalização da assistência social são fundamentais para que se possa cumprir papel relevante no âmbito da proteção social dos potiguares.

A estratégia de enfrentamento da extrema pobreza no RN

A **Coligação Liderados pelo Povo** construirá uma política com base em quatro pilares estratégicos que organizarão as ações do governo – Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Direitos e Cidadania e Superação da Extrema Pobreza – apontando para um ciclo de desenvolvimento sustentado, com base na estabilidade, distribuição de renda, acesso aos serviços públicos, inclusão produtiva e convergência de ações universais e focalizadas.

Este programa visa ampliar a ação pública entre a população mais pobre, entendendo que o bem-estar social não decorre naturalmente da garantia de renda, sendo parte indissociável da estratégia de desenvolvimento.

A agenda para a população em extrema pobreza é largamente dependente da expansão das políticas universais. Essa é a população da qual o Estado está mais afastado; a mais alijada dos direitos sociais, das ofertas públicas e das oportunidades abertas no mercado de trabalho. Por outro lado, é precisamente nessa população que carências e demandas se avolumam, ao mesmo tempo em que se diferenciam situações sociais e territórios. É o abandono pelo Estado e a extrema carência que torna essas comunidades terreno fértil para o tráfico e a explosão da violência. É preciso investir em segurança, mas se não corrigirmos as demandas da extrema pobreza, a fábrica de insatisfeitos, desassistidos e desiludidos sempre será maior que o contingente policial, elevando os conflitos e o número de homicídios, roubos e assaltos.

O ponto de partida do programa é o reconhecimento de que a pobreza não se restringe à insuficiência de renda. Ela abarca situações de insegurança alimentar e nutricional e acesso precário à água, insuficiência no acesso e permanência em políticas sociais, como saúde e educação, baixo atendimento de serviços de energia elétrica, moradia e saneamento básico, formas precárias de inserção no mundo do trabalho, entre outros.

Além de multidimensional, as situações de pobreza referem-se a diferentes contextos e situações sociais, tanto em territórios economicamente deprimidos como nas regiões

dinâmicas, onde postos de trabalho ou atividades econômicas de baixa produtividade são eliminados. Assim, é nas regiões dos vales úmidos, onde a adversidade da seca tem menor impacto, que encontramos os maiores bolsões de pobreza extrema no Estado Potiguar.

Esse quadro é reproduzido na agricultura familiar constrangida pela falta de insumos, financiamento, apoio técnico, mercado ou mesmo terras, mas também em territórios urbanos segregados, com baixa oferta de serviços públicos. Atingem jovens em territórios com altas taxas de violência e baixas oportunidades de acesso ao ensino e à qualificação profissional. As situações de extrema pobreza podem ainda se referir a contextos históricos – populações tradicionais – ou familiares específicos, sejam associadas a momentos no círculo de vida – casais jovens com crianças – ou condições de vulnerabilidade física ou social – doenças, isolamento, rogadição, entre tantas outras.

Na região Nordeste, 68,4% da população em extrema pobreza se encontra em municípios com até 50 mil habitantes. Outros dados apontam a imperiosa necessidade de universalizar o acesso aos serviços públicos pelas famílias em situação de extrema pobreza.

Dos domicílios urbanos em situação de extrema pobreza, 11,9% não contam com banheiro de uso exclusivo, sendo que nas áreas rurais esse porcentual chega a 54,8%. No que concerne ao abastecimento de água por rede geral, 14,9% dos domicílios urbanos e 75,4% dos rurais não contam com este abastecimento. E quanto aos domicílios sem esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, esses percentuais variam de 40,6% e 87,3% para os urbanos e rurais, respectivamente. Universalizar serviços tão essenciais de forma a efetivamente alcançar os grupos familiares requer uma estratégia adensada na ampla zona de escassez de bem-estar. Isso significa planejar ações de modo a suprir os *déficits* (já identificados) e monitorar sua evolução.

Ademais, as várias situações encontradas sob a extrema pobreza também se manifestam em demandas diversas, a depender do território, de aspectos culturais ou de grupos específicos. Um programa que pretende atender a essa faixa da população deve ser flexível de modo a responder tanto às demandas de pessoas que vivem no campo ou do semiárido potiguar como daquelas que habitam periferias dos grandes centros urbanos.

Os pilares de atuação do Plano RN sem Miséria

Acompanhar de forma integrada as mais de 70 ações do programa BSM, implementadas por diversos ministérios e articuladas em torno de três diretrizes: Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços Públicos.

Destacam-se as ações de cunho universal (educação e saúde), mas também os que respeitam as especificidades das áreas urbanas e rurais, com ações distintas para enfrentar problemas centrais nessas regiões, além daqueles recortes que atendem diferentes perfis da população.

No eixo transferência de renda monetária, destaca-se o Programa Bolsa Família, com suas condicionalidades vinculadas à educação, saúde e favorecendo a garantia do direito à alimentação, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que igualmente assegura uma renda mínima aos idosos e portadores de deficiência vivendo na extrema pobreza.

No âmbito dos serviços também se encontram outros programas que ampliam o direito ao bem-estar. Em face ao direito à saúde, por exemplo, identificou-se a prioridade do acesso ao Programa Saúde da Família e as suas unidades de referência, as Unidades Básicas de Saúde.

Na inclusão produtiva, as iniciativas do plano terão como ponto de partida uma série de reflexões oriundas dos esforços de avaliação do Programa Bolsa Família - PBF no que tange ao perfil laboral da população mais pobre.

Na área rural, a opção do plano será estender à população extremamente pobre um grupo de programas e projetos disponíveis à agricultura familiar minimamente estruturado.

Na área urbana, o plano prevê ações de melhoria da inserção no mundo do trabalho como o apoio ao empreendedorismo e aos empreendimentos solidários. Contudo, a maior inovação ocorrerá no âmbito da interseção com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e sua vertente voltada aos beneficiários do PBF.

Infelizmente o caminho percorrido pelos últimos governos impediu a população carente do RN de ter um efetivo acompanhamento por parte do estado. A **Coligação Liderados pelo Povo** retomará esse papel na assistência social, avançando inclusive em pontos nevrálgicos como no âmbito do saneamento.

Inclusão produtiva urbana

Já nas áreas urbanas, a despeito da tentativa de emular a estratégia adotada no meio rural, um primeiro complicador natural surgiu com a inexistência de interlocutores politicamente organizados (como é o caso, nas áreas rurais, dos movimentos sociais do campo). A opção será pela implementação de medidas em diversas frentes, priorizando assalariados informais, trabalhadores por conta própria e organizações coletivas de economia solidária, com ênfase nos setores mais precarizados, priorizando o binômio qualificação-intermediação de mão de obra.

Outras medidas na área Social:

- Ampliar o Programa de segurança alimentar garantindo à população de menor poder aquisitivo uma refeição diária com alto valor nutritivo e preço popular, nos municípios potiguares, valorizando a compra de produtos da própria localidade e das indústrias aqui localizadas;
- ERRADICAR O TRABALHO INFANTIL NO RN, ampliando o atendimento do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, as ações socioeducativas que objetivam retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce, perigoso, penoso, insalubre ou degradante;
- Desenvolver PROART - Promove o desenvolvimento das atividades do Artesanato Potiguar, valorizando e intermediando a divulgação e a comercialização dos produtos. Participam do PROART atualmente mais de 9.700 artesãos do RN.
- Ampliar a PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA exercidas pelos CRAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

- Ampliar a PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com foco especial nos grandes Centros Urbanos e nas áreas com maiores índices de ocorrência de indivíduos com seus direitos violados, atuando em casos de negligência e abandono, ameaça e maus tratos, violações físicas e psíquicas, discriminações sociais e infringência aos direitos humanos e sociais.
- APOIAR A ECONOMIA SOLIDÁRIA - Os projetos de economia solidária visam a promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável e a superação da extrema pobreza através da geração de trabalho e renda em iniciativas solidárias.
- Estabelecer o Diagnóstico Socioterritorial do Estado, com base nos parâmetros do Sistema Único de Assistência Social dando amplo conhecimento aos municípios e a sociedade para permitir o maior acompanhamento das políticas sociais.

Vetor 7 – Cultura

A **Coligação Liderados pelo Povo** tem como diretrizes as seguintes ações:

- 1- Criação e fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura, com Plano; Fundo e Conselho tendo como base e orientação o Sistema Nacional de Cultura aplicado pelo Ministério da Cultura-MinC;
- 2- Promover a Cidadania Cultural ampliando o acesso da população às manifestações, bens e equipamentos culturais, interagindo com políticas educacionais, Escolas, Universidades e Movimentos Sociais;
- 3- Fortalecer as Políticas Setoriais para as mais diversas expressões e linguagens artísticas, entre elas, as Artes Visuais/Plásticas; Artes Cênicas; Cinema/Audiovisual; Literatura; Música; Cultura Popular e Tradicional e Patrimônio Histórico e Artístico Material e Imaterial;
- 4- Criação da Lei Estadual Cultura Viva fortalecendo os Pontos de Cultura e a Diversidade Cultural do Estado, tendo como base a Lei Nacional Cultura Viva implementada pelo Ministério da Cultura-MinC;
- 5- Promover uma Política Cultural transversal onde se possa intercambiar os setores Cultura e Educação; Cultura e Saúde; Cultura e Gênero; Cultura e Promoção da Igualdade Racial e Cultura e Diversidade, contribuindo para uma Cultura de não discriminação e exercício da plena Cidadania;
- 6- Promover um Programa amplo de Formação e Capacitação para a profissionalização dos cidadãos e dos Trabalhadores/as da Cultura, incluindo linhas de crédito e bolsas de trabalho e pesquisa artística;
- 7- Criação de uma Política Estadual de Patrimônio Cultural envolvendo os elementos da História; Tradições; Símbolos; Geografia; Culinária; Moda e Artesanato, fortalecendo a criação de Museus; Acervos Culturais e Arquivos de Acesso Público;

- 8- Promover o Fomento e a Economia da Cultura através da criação de mecanismos de financiamento como Fundos; Editais; Incentivos Fiscais e Investimento Público Direto;
- 9- Promover a Produção Simbólica da Cultura através do fortalecimento da Liberdade de Expressão; Autonomia do Artista; Circulação ampla dos bens culturais e a democratização da Informação Cultural Pública;
- 10- Promover e fortalecer a integração com os Municípios e o Governo Federal estimulando a criação de Consórcios; Festivais e Fóruns Regionais.

Vetor 8 – Esporte e Lazer

O programa de Governo, na área de Esporte e Lazer, da **Coligação Liderados pelo Povo** pretende profissionalizar a gestão, tornando-a participativa, democrática, descentralizada, gerando autoestima na indústria do esporte e seus agentes, e transformando numa nova economia do RN.

Um dos objetivos é trabalhar na formação de novos talentos investindo no esporte de alto rendimento e nas categorias de base valorizando os atletas do nosso Estado e proporcionando visibilidade para o esporte do Rio Grande do Norte.

O esporte e lazer são atividades comuns a todos e são decisivos na socialização, na formação do cidadão fortalecendo valores como superação, disciplina, criatividade e paixão pelo que faz. Favorece a redução da violência, tirando os jovens das ruas, proporciona qualidade de vida, contribui para a saúde, combatendo o sedentarismo.

Garantir uma nova cultura à prática esportiva nas escolas, novos equipamentos esportivos nas cidades, praças, centros de esporte e lazer, enfim, onde for possível praticar esporte, com uma política de gestão participativa, chamando a sociedade civil organizada e os agentes do esporte para elaboração de um Plano de Governo Participativo voltado para o Esporte e Lazer.

PROPOSTAS

- 1- Criar um calendário esportivo plurianual;
- 2- Criar e implantar o programa Bolsa Atleta, que será responsável para incentivar o esporte de competição, formando também valores como cidadão;
- 3- Criar escolinhas nas comunidades do interior (futebol, voleibol, atletismo, basquetebol), em parceria com os Municípios e a sociedade civil organizada;
- 4- Estimular eventos de corrida de rua, caminhada, passeios de bicicleta em cidades polos, criando a maratona do RN, com etapas nestas cidades;
- 5- Valorizar os Jogos Escolares do Rio Grande do Norte, criando prêmios para os destaques de cada modalidade e aumentar o número de participantes do evento, com novas modalidades, para voltar ser o maior do Brasil;
- 6- Construir novos equipamentos esportivos, criando um campeonato para cidade ser premiada com a “Cidade Camisa 10”, para quem manter melhor o equipamento;

7- Buscar parceria com os ministérios, não só o de Esporte, mas em toda cadeia da economia esportiva que é impactada;

8- Promover em cada cidade, o projeto de “24 horas de esporte é aqui”, incentivando a prática esportiva em todas as idades;

9- Recuperar e ampliar Museu do Esporte no Caic, de Lagoa Nova, e criar novas unidades nas cidades polos;

10 - Criar o Museu do Esporte do RN na Arena das Dunas, um espaço para expor a história do desporto Potiguar;

11 - Realizar fóruns para definir as reivindicações de cada região;

12 - Captar eventos, assessorar atletas destaques e elaborar projetos de promoção do esporte e lazer no Estado;

13- Implantar em parceria com o Governo Federal o programa “Segundo Tempo” que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social

14 - Proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos.

15- Firmar parceria com o Governo Federal para implantar o projeto “Praça da Juventude” que leva um equipamento esportivo público e qualificado para a população para que, ao mesmo tempo, torne-se ponto de encontro e referência para a juventude, sendo uma área de convivência comunitária onde serão realizadas também atividades culturais, de inclusão digital e de lazer para a população de todas as faixas etárias.

Vetor 9 - Igualdade Racial e de Gênero

O racismo, tal como operante na sociedade brasileira, baseado no critério das aparências físicas, tanto nasce no cotidiano das relações assimétricas de poder, na formação de mecanismos de prestígio social, no acesso às oportunidades de mobilidade social ascendente e de direitos sociais, como também verte das estruturas sociais localizadas no plano do aparelho do Estado (racismo institucional), das empresas do setor privado, das escolas, dos meios de comunicação, que legitimam as desvantagens estruturais que terão de ser vividas pelos que portam fenótipos diferentes do grupo hegemônico.

É necessário que as pessoas possam contribuir. As políticas afirmativas e reparatórias, iniciadas em 2003, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nos credencia para em 2014, aprofundarmos sobre o Programa de Governo, com reformas estruturantes e um novo modelo de Desenvolvimento Econômico, que priorize as políticas sociais, incluindo uma significativa e nova classe trabalhadora, que vem ascendendo socialmente, na última década, a partir deste projeto democrático e popular, vitorioso em curso.

Sistema de Promoção da Igualdade Racial

Fica estabelecido o Estatuto da Igualdade Racial (**Lei 12.288/2010**), como marco legal orientador para que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, elimine as desigualdades etnicorraciais, o racismo e promova a igualdade racial nas instituições públicas e privadas, por intermédio da implementação do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com atenção especial nas regiões de Comunidades Quilombolas, Grandes Centros e Região Metropolitana da Grande Natal.

Saúde

Garantir a implementação da Saúde Integral da População Negra, comunidades tradicionais, indígena, cigana, quilombola e de matriz africana, em observância ao artigo 8º inciso 2º da Lei 12.288/2010, aviso circular conjunto de 28 de dezembro de 2012 da Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Planejamento e da Secretaria Especial de políticas de Promoção da Igualdade Racial que orienta a inclusão dos campos “cor/raça”, conforme classificação utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Educação

Capacitar e formar educadores (as) e profissionais e técnicos, visando garantir que, em todos os programas educativos os princípios da laicidade, equidade etnicorracial, gênero, diversidade sexual e cultural.

Implementar a Lei de Diretrizes de Base (LDB), alterada pelas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, incluindo conteúdos didáticos, atualizados para que os profissionais possam implantar as ações afirmativas, sobre a História da África e da cultura afro-brasileira.

Aprimorar os mecanismos de acesso, permanência e o monitoramento do sistema de cotas nas Universidades Públicas. A população negra e pobre no ProUni é de 49%, ENEM 47% e no FIES é 47%.

Desenvolvimento Econômico, Mercado de Trabalho Assalariado e Atividades Empresariais

Contribuir para a redução das desigualdades étnico raciais no mercado de trabalho, a partir da implementação de políticas públicas articuladas com as políticas de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, com atenção especial nas regiões de Comunidades Quilombolas, Grandes Centros e Região Metropolitana da Grande Natal.

Terra, Moradia e Habitação

Reducir as desigualdades raciais, o combate ao racismo e a discriminação étnica e racial nas instituições, no processo de elaboração, de implementação e de execução das políticas, dos programas, projetos e serviços voltados à moradia, ao acesso à terra e à habitação no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

Cultura

Contribuir para a formação, produção, difusão e acesso aos bens, serviços e manifestações culturais, patrimônio material e imaterial, memória ancestral instalando o Museu do Negro.

Reconhecer e fomentar as manifestações das comunidades tradicionais e dos grupos etnicoraciais.

Religiosidade e enfrentamento da Intolerância Religiosa

Contribuir para o exercício do direito à liberdade de crença e culto a todos os norteriograndenses, enfrentando a intolerância religiosa e valorizando a contribuição das religiões na construção de uma sociedade pluralista, com base no reconhecimento e no respeito às diferenças de crença, culto e o Estado laico.

Assistência Social de Direitos Humanos

O Plano Brasil sem Miséria tem a População Negra como uma das etnias de maior acesso deste programa através dos Centro de Referencias de Assistência Social (CRAS) e dos Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Nestes espaços é necessário treinamento das equipes especializadas acerca do tratamento humanitário e de Combate ao Racismo Institucional. No que se refere ao Programa de Qualificação Profissional pelo Pronatec, 80% dos beneficiários são mulheres em sua maioria negra no geral 60% negros (as).

Comunidades Tradicionais

O Estado do Rio do Rio Grande do Norte, em virtude da sua pluralidade etnicoracial, cultural e religiosa, com mais de 1000 Terreiros de Umbanda e Candomblé, observando o princípio da laicidade, deve reconhecer e desenvolver ações que assegure as diversas manifestações de credo e culto religioso.



A FORÇA DO
SEU VOTO

ROBINSON 55

GOVERNADOR

VICE: FÁBIO DANTAS

robinson55.com

Coligação Liderados pelo Povo - PSD, PT, PC do B, PT do B, PP, PEN, PRTB e PTC. | CNPJ: 20.570.434/0001-34